RÁDIOPEÃO
EDIÇÃO 169
BOLETIM DO SINDIPETRO/MG
25 DE AGOSTO DE 2023
SINDIPETRO.ORG

Após cobrança, Regap aumentará linhas do transporte de turno

No dia 15 de agosto, o Sindipetro/MG participou das reuniões dos Comitês Locais de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Recursos Humanos (RH) da refinaria Gabriel Passos (Regap). Durante as reuniões, foram abordadas diversas questões relativas à segurança e condições de trabalho dos petroleiros e petroleiras da refinaria, como o transporte de turno, a mudança de local da rodoviária da operação e denúncias de assédio nas empresas terceirizadas.

Uma das principais conquistas foi na área de transporte. Após cobranças em diversas reuniões e ofícios, o Sindipetro/MG recebeu, durante a reunião, a confirmação da gerência local de que, a partir de 1º de setembro, duas novas linhas de transporte serão adicionadas em todos os grupos de turno. Dessa forma, as rotas do grupo de turno foram redistribuídas, e passarão por avaliação levando em consideração um tempo máximo de 1 hora e 30 minutos para trajetos mais longos, especialmente para as cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Além disso, foi discutida a possibilidade de mudança da Rodoviária da Operação para o Centro Integrado de Controle (CIC). Quanto à reivindicação, a empresa informou que a gerência da Regap realizou um estudo, e os resultados estão sendo avaliados pela Gerência Executiva do Refino. A demora para solucionar o problema tem sido motivo de incômodo à categoria e ao sindicato.

Outro ponto importante abordado foi a demanda por um Acordo de Parada. Os representantes do Sindipetro/MG insistiram na reivindicação pela construção de um acordo local de Parada, com foco nas questões relacionadas a jornadas e condições de trabalho. Porém, novamente, a empresa adiou o debate, se comprometendo a agendar uma reunião específica nos próximos dias para discutir essa pauta.

Para o coordenador-geral do Sindipetro/MG, a demora para solucionar o problema da Rodoviária de Operação e para chegar a um acordo de Parada é injustificável e traz prejuízo aos trabalhadores. "A empresa tem tido muitas dificuldades para responder às demandas locais, como é o caso da Rodoviária da Operação. Uma situação injustificável, com prejuízo claro aos trabalhadores. Estamos agora na expectativa de avançar em um acordo local de Parada, outro tema que virou uma novela, mas de suma importância para a categoria" afirmou o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves.

Denúncias de assédio nas terceirizadas

A reunião também destacou preocupações em relação aos trabalhadores terceirizados. Na oportunidade, o Sindipetro/MG trouxe à tona denúncias envolvendo empresas terceirizadas atuando na Regap. A empresa Ergo, prestadora de serviços no Setor Médico, foi alvo de acusações de assédio moral e demissões injustas. Além disso, há relatos sobre redução no pagamento de horas extras e jornadas excessivas em empresas como a VIX e Spassu, que tem realizado a redução no pagamento de horas extras e não pagamento de periculosidade.

Durante as reuniões, os diretores sindicatos também expressou a necessidade de soluções para a falta de transporte entre os setores para profissionais de limpeza e equipes da Manserv que atuam no Coque.

ACT começa com cobrança de reajuste salarial

Em 22 de agosto, aconteceu nova reunião com o RH do Sistema Petrobrás com o objetivo de elucidar dúvidas sobre a pauta de reivindicações da categoria. A FUP propôs que a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) seja feita por temas: AMS; SMS e Licenças; Benefícios, Cláusulas Econômicas e Terceirização; Relações Sindicais e Anistia; Jornada e Regimes (HETT, Banco de Horas, Tabelas de turno, etc), além da Pauta pelo Brasil.

A FUP cobrou novamente a antecipação da reposição da inflação dos últimos 12 meses (estimativa de IPCA 4,5%), para recuperar o poder de compra dos trabalhadores, enquanto se busca negociar a recomposição das perdas passadas (3,8%) e ganho real (3%).

Na reunião, também foram tratados temas sobre a permanência de bolsonaristas na nova gestão da empresa, transferências, abono aos trabalhadores que estiverem participando de assembleias, entre outras. A Petrobrás anunciou a criação de um GT paritário para discutir a gestão da AMS e o futuro da APS.

O RH da Petrobrás atendeu à solicitação feita pelas representações sindicais e prorrogou a validade do atual Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) por 30 dias, mantendo, também, a data-base da categoria em 1º de setembro. Todas as empresas do Sistema irão acompanhar a prorrogação do ACT e, a partir de 1º de setembro, não haverá mais acordos individuais, pois todos os trabalhadores estarão regidos pelo Acordo Coletivo.

A pauta de reivindicações para o ACT 2023, deliberada no XIX Confup, foi apresentada às empresas do Sistema Petrobrás no dia 11 de agosto, com a realização de ato na Regap e nas demais bases. A FUP aguarda uma proposta de calendário para as próximas reuniões.

Zema manobra para acelerar privatização da Cemig e Copasa

Recorrentes pesquisas realizadas nos últimos anos no Estado apontam resistência da maioria da população à venda das duas principais companhias

O governador Romeu Zema (Novo), já deixou claro que sua meta é entregar o controle da Cemig e da Copasa à iniciativa privada. No dia 21/08, ele apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para retirar da Constituição de Minas Gerais a exigência de referendo para privatização dessas empresas.

A exigência de consulta popular para a desestatização das prestadoras de serviço de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico está garantida na Constituição estadual, desde 2001, tendo sido aprovada no governo estadual do ex-presidente Itamar Franco, diante de ataques contra as empresas.

Recorrentes pesquisas realizadas nos últimos anos no Estado apontam resistência da maioria da população à venda das duas principais companhias sob controle estatal: Cemig e Copasa, mas para o governador a voz do povo não importa.

A PEC também propõe mudanças para a aprovação da entrega do patrimônio público dos mineiros. Pela regra atual, é necessário que 46 dos 77 deputados mineiros aprovem a venda das empresas. Se a PEC de Zema for aprovada, esse quórum cairia para 39 votos.

A justificativa de Zema para a venda das estatais é que a gestão privada aumenta a "agilidade e capacidade de atuação da empresa". No entanto, o que se vê na prática, após as privatizações, é o aumento de preços para os consumidores.

Exemplos recentes estão nas diferenças de preços praticados entre as refinarias privatizadas e a Petrobrás. Enquanto a estatal reajustou os preços dos combustíveis uma vez, empresas privatizadas realizaram sete reajustes consecutivos nos últimos 39 dias. A Petrobras consegue vender combustíveis mais baratos do que as concorrentes privadas por ser uma empresa estatal, que não considera somente a maximização do lucro para definir o seu preço. E isso faz muita diferença no custo de vida da população.

RÁDIOPEÃO
EXPEDIENTE
Av. Barbacena, 242 - B. Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30190-130
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO SINDIPETRO/MG • DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
Eugênio Macedo, Felipe Pinheiro e João Henrique de Souza • JORNALISTA Andre Quintão e Debora Junqueira • DIAGRAMAÇÃO André Quintão • E-MAIL imprensa@sindipetromg.org.br • SITE www.sindipetro.org